

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

167 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 29/05 a 02/06/2023

1. MINI-SESSÃO PLENÁRIA PE	1
Munições à Ucrânia	1
Estado de direito e direitos fundamentais na Hungria	1
Eleições europeias e interferência estrangeira	1
Dever de diligência da empresas	1
2. HUNGRIA - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DA UE	1
3. REUNIÃO DOS MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NATO	2
4. COMUNIDADE POLÍTICA EUROPEIA - 2.ª CIMEIRA	3
5. POLÓNIA - ELEIÇÕES	4
6. ELEIÇÕES GERAIS EM ESPANHA	4
7. CONSELHO DE COMÉRCIO E TECNOLOGIA UE - EUA	4
8. ADESÃO UE À CONVENÇÃO DE ISTAMBUL	6
9. COMISSÃO EUROPEIA	7
Direitos dos Adultos Vulneráveis	7
Segurança Marítima	7
10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho (Agricultura e Pescas)	7
Conselho dos Assuntos Gerais	8
Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia (Transportes)	8
Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Telecomunicações	8
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8
12. ACADEMIA ESTUDOS TEMÁTICOS	8

1. MINI-SESSÃO PLENÁRIA PE

Teve lugar esta semana a [sessão plenária curta do Parlamento Europeu em Bruxelas](#), destacando-se os seguintes debates:

Munições à Ucrânia

O PE aprovou o plano para fornecer mais munições à Ucrânia. A [Ação Europeia de Apoio à Produção de Munições](#) visa acelerar a produção e entrega de munições e mísseis à Ucrânia e ajudar os Estados-Membros a reabastecer os seus arsenais. Com a introdução de medidas específicas, incluindo 500 milhões de euros de financiamento, a proposta estabelece mecanismos, princípios e regras temporárias para garantir a disponibilidade atempada e duradoura destes produtos de defesa para os seus compradores na União Europeia. A Comissão Europeia apresentou a [legislação em 3 de maio de 2023](#). No mesmo mês, os deputados concordaram desencadear o [procedimento de urgência](#) no Parlamento para acelerar a sua aprovação.

Estado de direito e direitos fundamentais na Hungria

O PE aprovou uma resolução (Cfr. ponto 2) na qual manifesta [sérias preocupações com a evolução da situação na Hungria, à luz da próxima Presidência húngara do Conselho da UE](#). Os deputados mostraram repetidamente a sua apreensão com o estado dos [valores da UE na Hungria](#), que se deterioraram ainda mais devido aos «esforços deliberados e sistemáticos do governo» e apesar da ativação [do mecanismo do Artigo 7.º pelo Parlamento](#). As preocupações mais recentes prendem-se com a adoção de leis sem o suficiente escrutínio parlamentar e consulta pública, bem como com a invocação abusiva do «estado de perigo», a utilização abusiva da proteção dos denunciantes para prejudicar os direitos e a liberdade de expressão das pessoas LGBTIQ+ e a violação dos direitos sociais e laborais dos professores.

Eleições europeias e interferência estrangeira

Os deputados apelaram a uma [estratégia coordenada para aumentar a resiliência da UE à ingerência estrangeira e à manipulação da informação, para proteger as eleições europeias de 2024](#). Foi destacada a ingerência nas plataformas *online*, a proteção de infraestruturas críticas e setores estratégicos, a ingerência durante os processos eleitorais, o financiamento encoberto de atividades políticas por intervenientes estrangeiros e a resistência a ciberataques, considerando ser provável que a ingerência estrangeira, a desinformação e os ataques à democracia continuem a aumentar e se tornem mais sofisticados durante o período que antecede as eleições para o Parlamento Europeu em junho de 2024.

Dever de diligência da empresas

Foi adotada a [posição do PE para as negociações com os Estados-Membros sobre a forma de integrar os direitos humanos e o impacto ambiental na governação das empresas](#). As empresas serão obrigadas a identificar e, se necessário, prevenir, pôr termo ou atenuar o impacto negativo das suas atividades nos direitos humanos e no ambiente, tendo de implementar um plano de transição para limitar o aquecimento global, introduzindo um mecanismo de reclamações e monitorizando regularmente a eficácia da sua política de dever de diligência, sendo que empresas não cumpridoras serão responsáveis por danos e poderão ser sancionadas pelas autoridades supervisoras nacionais.

2. HUNGRIA - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DA UE

Na Resolução que aprovou na sessão plenária desta semana, em que manifesta a preocupação com o que considera ser os “esforços deliberados e sistemáticos para minar os valores da UE” por parte do Governo

húngaro, o PE questiona a capacidade de a Hungria exercer a Presidência rotativa do Conselho da União Europeia, no segundo semestre de 2024.

Nos termos do ponto 11 da Resolução, disponível [aqui](#), sublinha-se “o importante papel da Presidência do Conselho no avanço dos trabalhos do Conselho sobre a legislação da UE, assegurando a continuidade da agenda da UE e representando o Conselho nas relações com as outras instituições da UE”. Neste quadro, “interroga-se sobre como a Hungria poderá desempenhar a Presidência do Conselho de forma credível em 2024, dada a sua falta de conformidade com o direito e os [valores da UE](#), bem como com o princípio da cooperação leal.” Finalmente, o PE “solicita ao Conselho que encontre uma solução adequada o mais rapidamente possível; recorda que o Parlamento pode tomar medidas adequadas se tal solução não for encontrada.”

Esta questão tem suscitado diversas opiniões nos últimos dias, seja pela dimensão política da iniciativa do PE, seja pelas questões jurídicas que suscita. À margem da reunião do Conselho de Assuntos Gerais desta semana, a ministra alemã para os Assuntos Europeus, Anna Lührmann, declarou aos jornalistas ([aqui](#)) ter “dúvidas sobre até que ponto a Hungria será capaz de liderar uma presidência bem sucedida do Conselho”.

Mesmo ao nível da academia começam a surgir as primeiras análises sobre o impacto desta questão, bem como da sua exequibilidade, sendo que destacamos [esta](#), do Meijers Committee.



3. REUNIÃO DOS MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NATO

Teve lugar, de 31 de maio a 1 de junho, uma reunião informal do Conselho do Atlântico Norte a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros, em Oslo, e presidida pelo Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg.

O objetivo desta reunião era o de preparar a Cimeira da NATO, que terá lugar em Vilnius a 11 e 12 de julho de 2023 (detalhe [aqui](#)) e debater a situação na Ucrânia, incluindo a perspetiva de adesão deste país à NATO (mais informação [aqui](#)).

Nas declarações feitas após a reunião ([aqui](#)), o Secretário-Geral da NATO referiu que todos os aliados concordam que a Ucrânia se tornará membro da Aliança e que “*não cabe a Moscovo ter um veto contra o alargamento da NATO*”. Acrescentou ainda que “*o mais importante é que todos os aliados concordam que a tarefa mais urgente e importante agora é garantir que a Ucrânia prevaleça como uma nação independente e soberana*”. Stoltenberg considerou ainda que “*Temos de garantir que a história não se repete, que este padrão de agressão russa contra a Ucrânia acaba de facto. Por isso, temos de criar estruturas que garantam a segurança da Ucrânia após o fim da guerra*”.

Nesta reunião, foi também debatido o reforço da dissuasão e da defesa, com base na grande adaptação da NATO desde 2014. O Secretário-Geral disse esperar que, quando os líderes aliados se reunirem em Vilnius, 2%

do PIB para a defesa se torne um limite mínimo, e não um limite máximo, para as obrigações dos Aliados. Os Aliados também abordaram a forma de aprofundar a parceria da NATO com os parceiros do Indo-Pacífico (Austrália, Japão, Nova Zelândia e Coreia do Sul).

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros debateram igualmente a transformação da atual Comissão NATO-Ucrânia num novo Conselho NATO-Ucrânia: *"Este seria um passo significativo para a criação de um fórum consultivo conjunto com a Ucrânia, que se sentaria à mesa em pé de igualdade para debater questões fundamentais para a nossa segurança"*, afirmou Stoltenberg.



Foto: NATO

Além disso, foi reiterado o forte apoio à adesão da Suécia à NATO, tendo Jens Stoltenberg declarado que se deslocará *"também a Ancara num futuro próximo para continuar a abordar a forma de garantir a adesão mais rápida possível da Suécia"*. O Secretário-Geral congratulou-se também com a entrada em vigor das novas leis antiterrorismo na Suécia, salientando que *"Este facto demonstra que a Suécia cumpriu o que se comprometeu a fazer no âmbito do Memorando Trilateral concluído no ano passado em Madrid. E demonstra que a rápida adesão da Suécia contribuirá para a segurança da Aliança"*.

4. COMUNIDADE POLÍTICA EUROPEIA - 2.ª CIMEIRA

Realizou-se, no dia 1 de junho, a segunda Cimeira da Comunidade Política Europeia (CEP), na Moldávia. Recorde-se que esta CEP tem por objetivo promover o diálogo político e a cooperação para abordar questões de interesse comum, bem como reforçar a segurança, a estabilidade e a prosperidade do continente europeu

Na [primeira reunião da Comunidade Política Europeia](#), realizada em outubro de 2022 em Praga, os dirigentes debateram principalmente assuntos relacionados com a paz e a segurança, especialmente a guerra da Rússia na Ucrânia e a crise energética. As próximas reuniões da Comunidade Política Europeia terão lugar em Espanha e no Reino Unido.

Os debates da segunda Cimeira CEP centraram-se em três temas principais: esforços conjuntos para a paz e a segurança; resiliência energética e ação climática; e interconexões na Europa para um continente mais bem conectado e mais estável.

Maia Sandu, Presidente da Moldávia e anfitriã da segunda Cimeira da CEP, reconheceu o valor único da reunião, afirmando que *"a Cimeira da CEP é uma plataforma excepcional que proporciona a pequenos e grandes países, tanto dentro como fora da UE, uma voz igual durante os debates. Isto faz dela um fórum sem paralelo"*. A página da Cimeira está disponível [aqui](#) e a lista de participantes inclui representantes dos 47 chefes de Estado e de Governo que compõem esta Comunidade.

5. POLÓNIA - ELEIÇÕES

Esta semana ficou igualmente marcada pelas notícias de que, na Polónia, foi aprovado na passada sexta-feira um projeto de lei que permitirá a uma comissão governamental proibir pessoas de exercerem cargos públicos, o que potencialmente poderá impedir os candidatos da oposição de concorrerem às eleições deste ano. Esta Comissão destina-se a investigar a influência russa na política polaca e terá o poder de banir pessoas de cargos públicos durante uma década. O partido Lei e Justiça (PiS), no poder na Polónia, afirma que se trata de um esforço para eliminar os agentes do Kremlin, tendo o Presidente polaco Andrzej Duda anunciado o seu apoio a esta lei ([aqui](#)).

Manfred Weber, líder do Partido Popular Europeu, referiu que *"A nova lei é um instrumento de intimidação e perseguição política para impedir a mudança nas próximas eleições na Polónia"*. Os partidos da oposição advertem que o objetivo da comissão é perseguir os rivais políticos - especialmente Donald Tusk, antigo primeiro-ministro polaco e presidente do Conselho Europeu, que lidera o partido da oposição Plataforma Cívica (membro do PPE) nas eleições parlamentares deste outono.

O Departamento de Estado dos EUA reagiu a estas notícias, considerando que a *"nova legislação (...) pode ser utilizada indevidamente para interferir nas eleições livres e justas da Polónia"*, notando que partilham das *"as preocupações expressas por muitos observadores de que esta lei, que cria uma comissão para investigar a influência russa, possa ser utilizada para bloquear a candidatura de políticos da oposição sem um processo justo"*. A vice-presidente da Comissão Europeia para os Valores e Transparência, Věra Jourová, declarou aos jornalistas *"não hesitaremos em tomar medidas imediatas, se necessário, quando virmos que há espaço e necessidade para tal"*.

Porém, no final da semana, o Presidente polaco anunciou que havia alterado a lei, eliminando a possibilidade de aplicar sanções a pessoas consideradas culpadas de atuar sob a influência do Kremlin - incluindo a proibição de exercerem cargos públicos -, impostas por uma comissão *ad hoc*. No entanto, a comissão continuará a elaborar um parecer negativo relativamente à capacidade de uma pessoa para ocupar um cargo público.

Em [comunicado](#), Duda anunciou que *"Proponho que as sanções sejam substituídas por uma declaração da comissão, segundo a qual uma pessoa que tenha agido sob influência russa não oferece garantias de que possa exercer corretamente as suas atividades no interesse público"*.

6. ELEIÇÕES GERAIS EM ESPANHA

Na sequência das eleições municipais e regionais em Espanha, o chefe do Governo espanhol Pedro Sánchez antecipou as eleições legislativas em Espanha, previstas para o final do ano, para o dia 23 de julho, tendo o Parlamento sido dissolvido no início desta semana. Esta decisão teve impacto direto na organização da Presidência espanhola do Conselho da UE, que se iniciará no dia 1 de julho, e consequentemente no [calendário de atividades previstas no âmbito da sua dimensão parlamentar, que foi já revisto](#).

7. CONSELHO DE COMÉRCIO E TECNOLOGIA UE - EUA

No dia 31 de maio, teve lugar em Luleå, na Suécia, a quarta reunião ministerial do [Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA](#) (TTC).

A União Europeia e os Estados Unidos [lançaram o Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA \(TTC\)](#) na sua reunião ministerial em Bruxelas de 15 de junho de 2021. O CCT é um fórum em cuja UE e os Estados Unidos coordenam a abordagem das questões essenciais em matéria de comércio e tecnologia e aprofundam a

cooperação transatlântica neste domínio com base em valores democráticos comuns. A [reunião inaugural](#) realizou-se em Pittsburgh, em 29 de setembro de 2021. Na sequência desta reunião, foram criados dez grupos de trabalho, que abrangem questões como a normalização, a inteligência artificial, os semicondutores, o controlo das exportações e os desafios com que se defronta o comércio mundial. Seguiu-se uma [segunda reunião ministerial](#) em Paris, em 16 de maio de 2022, e uma [terceira](#) no *College Park*, em Maryland, em dezembro de 2022. A próxima reunião do CCT está prevista para o final do ano e será organizada pelos EUA.

A reunião foi co-presidida pela Vice-Presidente Executiva da Comissão Europeia, Margrethe Vestager, pelo Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, pela Secretária de Comércio dos Estados Unidos, Gina Raimondo, e pela Representante dos Estados Unidos para o Comércio, Katherine Tai, com a participação do Comissário Europeu Thierry Breton, e acolhida pela Presidência Sueca do Conselho da União Europeia.

O TTC é um fórum transatlântico onde ambas as partes coordenam abordagens e tratam de questões comerciais e tecnológicas fundamentais. A quarta reunião ministerial centrou-se em temas como a inteligência artificial, as tecnologias emergentes, as plataformas em linha, o comércio sustentável, os controlos das exportações e a análise dos investimentos, bem como a facilitação do comércio.

À margem da reunião, os representantes da UE e dos EUA participaram em debates com as principais partes interessadas que representam a indústria, o meio académico e a sociedade civil para discutir as principais áreas prioritárias do Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA.

O comunicado de imprensa está disponível [aqui](#), sendo de destacar os relatos de imprensa sobre a importância do relacionamento com a China neste contexto (e.g. [aqui](#) e [aqui](#)). Os principais resultados alcançados estão [aqui](#) e abaixo.

At the fourth ministerial meeting of the TTC in Luleå, Sweden, the EU and the US agreed to continue our work on the following issues:

TRANSATLANTIC COOPERATION ON EMERGING TECHNOLOGIES, CONNECTIVITY AND DIGITAL INFRASTRUCTURE



TRUSTWORTHY ARTIFICIAL INTELLIGENCE

- Advanced the implementation of the [TTC Joint Roadmap for Trustworthy AI and risk management](#).
- Agreed to launch three experts groups working on terminologies, taxonomies, standards and emerging risks.
- Agreed to include a focus on generative AI systems.
- Agreed priority areas under the [Administrative Arrangement on Artificial Intelligence for the Public Good](#) to address global challenges in the fields of climate change, natural disasters, healthcare, energy and agriculture.



EMERGING TECHNOLOGIES

- Agreed on a common standard for the recharging of heavy-duty vehicles.
- Issued [recommendations](#) for public electro-mobility charging infrastructure.
- Started implementing the administrative arrangements on semiconductors and established a Task Force on quantum technologies.
- Issued a [6G outlook](#) including the development of a common vision and guiding principles.
- Announced two new cooperation projects on trusted connectivity with Costa Rica and the Philippines.





DEFENDING HUMAN RIGHTS AND VALUES AND COMBATting FOREIGN INFORMATION MANIPULATION AND INTERFERENCE

- Agreed [high-level principles](#) for online platforms to exercise greater responsibility in ensuring the protection and empowerment of minors and data access for researchers.
- Established a [common methodology](#) for identifying, analysing and countering foreign information manipulation and interference, to be made available to stakeholders globally.
- Support for capacity building in Africa, Latin America, and EU Neighbourhood countries and developed a call for action to online platforms operating in these regions.

TRANSATLANTIC COOPERATION FOR EASIER, GREENER AND SAFER TRADE

EU-US ANNUAL TRADE



EU-US DIGITAL TRADE



BILATERAL INVESTMENT STOCKS



INCREASING BILATERAL TRADE

- Extended mutual recognition for pharmaceutical goods to veterinary medicines (annual trade in human and veterinary medicines are worth €123 billion per year).
- Updated the existing EU-US marine equipment mutual recognition rules.
- Work continues for easier conformity assessment for machinery (worth €127 billion per year).
- Working on boosting trade with greater use of digital tools.



SUSTAINABILITY AT THE CORE OF EU-US TRADE

- Agreed on a [work programme](#) for the Transatlantic Initiative on Sustainable Trade.
- Clean Energy Incentives Dialogue to ensure mutually reinforcing green incentives.
- Trade and Labour Dialogue deepened discussion on the eradication of forced labour.



ENHANCED COOPERATION FOR SAFER GLOBAL TRADE

- Dynamic regulatory alignment of export restrictions to Russia and Belarus.
- Robust foreign investment screening, diversification of supply chains, addressing non-market policies and practices and economic coercion.



8. ADESÃO UE À CONVENÇÃO DE ISTAMBUL

O [Conselho aprovou a adesão da UE à Convenção de Istambul, através da adoção de duas decisões do Conselho](#). A Convenção de Istambul é um quadro jurídico abrangente destinado a proteger as mulheres de todas as formas de violência e a prevenir, sancionar e eliminar a violência contra as mulheres e a violência doméstica. A Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, [referiu](#) a este propósito: «A Europa está ao lado das mulheres para as proteger contra a violência. Todas as mulheres e raparigas merecem uma vida sem violência, é tempo de justiça e de igualdade. Hoje, a União Europeia envia um sinal forte: estamos determinados a prevenir, condenar e combater a violência contra as mulheres sob todas as suas formas.».

9. COMISSÃO EUROPEIA

Direitos dos Adultos Vulneráveis

A Comissão Europeia propôs [novas regras destinadas a assegurar que a proteção dos adultos](#) seja mantida em casos transfronteiriços e que o seu direito à autonomia individual seja respeitado dentro da UE.

Estas propostas abrangem adultos que, devido a uma deficiência ou insuficiência das suas capacidades pessoais, não estão em condições de defender os seus próprios interesses. O [regulamento](#) introduz assim um conjunto simplificado de regras que serão aplicáveis na UE, em especial para determinar o tribunal competente, a lei aplicável, as condições em que uma medida estrangeira ou os poderes de representação estrangeiros devem ser concretizados e a forma como as autoridades podem cooperar. Propõe ainda: comunicação digital facilitada; introdução de um certificado de representação europeu, que facilitará a possibilidade de os representantes legais comprovarem os seus poderes noutro Estado-Membro; criação de registos interligados que forneçam informações sobre a existência de proteção noutro Estado-Membro; e promoção de uma cooperação mais estreita entre as autoridades. Por outro lado, a [proposta de decisão](#) prevê um quadro jurídico uniforme para a proteção dos adultos que envolva países terceiros, obrigando todos os Estados-Membros a aderirem à Convenção sobre a Proteção dos Adultos de 2000 ou a continuarem a ser partes nela. A secção de [perguntas e respostas](#) complementa esta informação.

Segurança Marítima

A Comissão apresentou [cinco propostas legislativas](#) para modernizar as regras da UE em matéria de segurança marítima e para prevenir a poluição da água causada pelos navios.

[Três das cinco propostas](#) centram-se na modernização e melhoria das regras de segurança marítima. Estas dão especial atenção à inspeção de navios pelo Estado do porto e às investigações de acidentes marítimos, reforçando a imposição das regras a fim de reduzir os incidentes e acidentes evitando, em última instância, a perda de vidas humanas e a poluição ambiental. As propostas apresentadas visam igualmente prevenir qualquer tipo de descargas ilegais nos mares europeus, o que é essencial para reduzir o impacto ambiental das atividades de transporte marítimo e para preservar o ecossistema marinho. É ainda atualizado o mandato da [AESM](#) a fim de melhor refletir o papel crescente que a Agência desempenha em muitas áreas do transporte marítimo

[As propostas preveem](#) assim requisitos claros para as inspeções pelos Estados de bandeira, a inspeção de navios pelo Estado do porto será alargada a fim de abranger mais regras internacionais, que o regime da inspeção de navios pelo Estado do porto e da investigação de acidentes seja alargado aos navios de pesca, que os organismos nacionais de investigação de acidentes recebam apoio adicional da AESM, que as regras da UE sejam alinhadas com a regulamentação internacional e alarga ainda o âmbito de aplicação de modo a abranger uma gama mais vasta de substâncias poluentes, que se otimize o CleanSeaNet — base de dados de vigilância e partilha de informações da AESM - e que se estabeleça um quadro jurídico reforçado das sanções e da sua aplicação. A secção de perguntas e respostas encontra-se disponível [aqui](#).

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Agricultura e Pescas)

Na vertente [agricultura](#), os ministros trocaram pontos de vista sobre a segurança dos alimentos e desperdício alimentar no âmbito da proposta de regulamento relativo a embalagens e resíduos de embalagens, debateram a situação do mercado dos produtos agrícolas, o impacto dos elevados preços da energia e dos fatores de produção nesta sede, assim como os desafios colocados aos agricultores pelas condições climáticas adversas no sul da Europa.

Conselho dos Assuntos Gerais

Foi [preparado o Conselho Europeu de 29 e 30 de junho](#), que se focará nos seguintes temas: guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, questões económicas, cooperação no domínio da segurança e defesa, China e a próxima Cimeira UE-CELAC, progressos realizados na implementação das recentes conclusões do Conselho Europeu sobre migração e processo conducente à Agenda Estratégica 2024-2029. Foram ainda realizadas duas audições sobre o Estado de direito na Polónia e o respeito dos valores da UE na Hungria (ao abrigo do procedimento previsto no artigo 7.º, n.º 1 do TFUE), adotados três regulamentos destinados a dar execução ao Quadro de Windsor e aprovado o relatório anual sobre o acesso do público a documentos.

Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia (Transportes)

Os [ministros discutiram](#) a proposta para a diretiva revista relativa às cartas de condução e a diretiva revista sobre a facilitação da troca de informação transfronteiriça relativa às infrações de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária e foram informados sobre as iniciativas relativas aos transportes do pacote Objetivo 55.

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Telecomunicações

Os ministros debateram a [transformação digital](#), nomeadamente os relatórios intercalares sobre o Regulamento Infraestruturas Gigabit, Regulamento Europa Interoperável e Regulamento Ciber-Resiliência Europeia, e foi realizado um debate de orientação sobre o futuro do setor da conectividade.

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, terão lugar as atividades das comissões parlamentares e dos grupos parlamentares.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) será no dia [7 de junho](#), com apresentação do *Projeto de orçamento 2024, Nova agenda para a América Latina e Caraíbas, Organismo interinstitucional de ética, Pacote de defesa da democracia e Abordagem abrangente relativa à saúde mental*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 08.06: [Conselho \(Justiça e Assuntos Internos\)](#)

12. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade à resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, reunidos por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de maio [aqui](#) e do arquivo *online* [aqui](#).

Bruxelas | 2 de junho de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).